

A DIRETORIA EXECUTIVA DA POTIGÁS, POR INTERMÉDIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90023/2024

Processo Administrativo - SEI Nº 05310002.003801/2024-67

Assunto: **Contrarrrazões ao Recurso Administrativo da VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.**

A **CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada, inscrita no CNPJ nº 09.753.377/0001-96, com sede na Rua Astorga, nº 141, Madalena, Recife/PE, representada neste ato pelo sua sócia diretora Annette Mendonça Dias Alves da Silva, brasileira, casada, engenheira civil, inscrita no CPF nº 767.758.794-15, residente e domiciliado nesta cidade, que ao final subscreve, vem, nos autos do Processo Licitatório em epígrafe, com fundamento no artigo 59 da Lei nº 13.303/2016, bem como no item 11 do Edital da LICITAÇÃO Nº 90023/2024, lançada pela COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS e, ainda por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, **APRESENTAR CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo da VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. contra habilitação da CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA**, o que faz nos termos das razões de fato e de direito a seguir expostas.

1. TEMPESTIVIDADE.

A **CONSTRUTOA RR** foi cientificada da interposição do recurso, ora impugnado, no dia 24/10/2024 (quinta-feira), após recebimento de comunicado emitido pela Comissão Permanente de Licitação – CPL.

Nos termos do item 11.1 do Edital: *“11.1 - Após o julgamento da habilitação, os licitantes poderão interpor recursos, em fase única, contra os atos anteriormente praticados, exceto quanto aos atos relativos a negociação de que trata o item 10.1.6 deste Edital, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da publicação*

da habilitação. Por conseguinte, os licitantes poderão interpor contrarrazões no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, o qual começará imediatamente após o encerramento do prazo de apresentação de recursos.”.

O Art. 59 da Lei 13.303/2016 assim dispõe:

Art. 59. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.

§ 1º Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do caput do art. 51 desta Lei.

Assim sendo, o prazo para contrarrazões de possíveis recursos administrativos é de cinco dias úteis, excluindo-se o dia da ciência e incluindo-se o quinto dia útil, sendo o prazo fatal, no dia 31/10/2024, motivo pelo qual é TEMPESTIVA a presente impugnação.

Passemos então a manifestação acerca das infundadas alegações opostas pela VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.

2. ANÁLISE FÁTICO-JURÍDICA.

Trata-se de LICITAÇÃO Nº 90023/2024, lançada pelo COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS, através da Comissão Permanente de Licitação, cujo objeto é “*Contratação de empresa de engenharia para execução do empreendimento Gasoduto Gassal que consiste no lançamento de gasoduto de distribuição ao longo da BR-110 para levar o gás natural da cidade de Mossoró até a cidade de Areia Branca no Estado do RN, contemplando serviços de construção, montagem e testes de gasodutos, construção de caixas de válvulas, instalação e pré-operação de Estação de Redução de Pressão Distrital, instalação de ramais e Estações de Redução de Pressão e Medição de clientes, construção de abrigos, spools e comissionamento dos gasodutos*”.

A CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA. foi devidamente habilitada a prosseguir no certame, conforme decisão de julgamento dos documentos de habilitação pela Comissão Permanente de Licitação, datada de 16 de outubro de 2024.

Não obstante a lisura da Impugnante frente ao procedimento licitatório, contra o qual não pode haver qualquer dúvida, uma vez que cumpriu todos os requisitos exigidos no respectivo Edital. Após a divulgação dos resultados finais do processo, no dia 24 de outubro de 2024, restou notificada da

interposição de recurso administrativo por parte da empresa VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. que insurgindo-se contra o resultado do certame, em que a **CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA.** foi regularmente habilitada, apresentou recurso administrativo, pugnando pela reforma da decisão e inabilitação desta empresa.

Nas razões de seus questionamentos a VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. alegou em suma:

- SUBCONTRATAÇÃO INDEVIDA DE SERVIÇOS;
- INVALIDAÇÃO DAS CAT'S APRESENTADAS;
- ESTADO IRREGULAR DE REGISTRO NO CREA;
- INCAPACIDADE E AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL;
- AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO JURÍDICA. DESCUMPRIMENTO DA COTA DE MENOR APRENDIZ;

Não existe nenhum argumento apresentado pela Recorrente que permita reconsiderar o resultado do certame, caracterizando tão somente o *jus sperniandi* da VIPETRO. Ora, quando esse direito de recorrer é exercido de forma abusiva ou excessiva, usa-se uma expressão comum no meio jurídico: diz-se que a parte exerce seu *jus sperniandi*. O falso latinismo alude ao espremer de uma criança inconformada com uma ordem dos pais.

O fato é que os argumentos trazidos pela VIPETRO não devem prosperar, tendo em vista que a Comissão agiu com zelo e observância aos ditames do edital, ao habilitar a ora impugnante, o que doravante será reforçado.

Pois bem. Feitas as considerações iniciais, passemos a analisar o “mérito” do recurso da VIPETRO.

2.1 Das Razões para o Improvimento do Recurso Administrativo da VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.

2.1.1. Da contratação de responsável técnico e cumprimento ao item 18, subitem III.1. Anexo I do Edital – Qualificação Técnica – E da validade das CAT'S.



A RECORRENTE alegou nas razões de seu recurso que a CONSTRUTORA RR subcontratou indevidamente os serviços de responsável técnico.

Vejamos o que dispõe o edital sobre a contratação de responsável técnico:

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

(...)

III.1. O profissional, cujo acervo técnico será apresentado pela Empresa, deverá pertencer ao seu quadro permanente, ou seja: Empregado (com cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrado na SRT ou, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social), Sócio (com cópia do Contrato Social devidamente registrado no órgão competente), Diretor (com cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima) **ou profissional mediante a apresentação de Contrato de prestação de serviços com o Licitante. Tal profissional deverá ser o Responsável Técnico do Contrato, junto ao CREA.** Para manutenção das condições de habilitação, esse profissional deverá permanecer na Empresa durante a execução de todo o objeto da Licitação, admitindo-se a sua substituição por outro profissional de qualificação equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela POTIGÁS. *(grifos nossos)*

Primeiramente cumpre registrar que, o Sr. Lucas Emídio da Silva, figura como responsável técnico da CONSTRUTORA RR, conforme certidão de registro e quitação da pessoa jurídica nº 2220611261/2024.

A contratação do Sr. Lucas como responsável técnico da empresa, através de contrato de prestação de serviços cumpre fielmente as exigências contidas no item 18, subitem III.1 do Anexo I do Edital, para fins de qualificação técnica.

Isto porque, a fim de se evitar a restrição à participação em processos licitatórios, a Corte de Contas da União, como em sede de Acórdão 872/2016 – Plenário TCU, orienta que o Contrato de Vinculação Futura para Prestação de Serviços Técnicos de Engenharia seja SUFICIENTE para a referida comprovação de habilitação jurídica no certame licitatório, como se vê:

“Não se pode conceber que as empresas licitantes sejam obrigadas a manter profissionais de alta qualificação, sob vínculo empregatício, apenas para participar

 4

da licitação, pois a interpretação ampliativa e rigorosa da exigência de vínculo trabalhista se configuraria como uma modalidade de distorção.[...] sendo suficiente a comprovação da existência de um contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum”. (Acórdão 872/2016 – Plenário TCU, Auditoria, Relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer).

De acordo com o art. 104, do Código Civil, a validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.

Em atendimento ao ordenamento jurídico, para fins de inscrição da empresa e cadastramento do responsável técnico, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA exige alguns requisitos nos contratos apresentados pelas partes, sendo:

- a) O OBJETO DO CONTRATO: O profissional deverá ser contratado na condição de Responsável Técnico pelas atividades desenvolvidas pelo Contratante;**
- b) CARGA HORÁRIA: A carga horária deverá estar definida no instrumento contratual;**
- c) REMUNERAÇÃO MENSAL: O contrato deverá respeitar o patamar previsto na Lei 4950-A/66.**
- d) PRAZO DO CONTRATO: Deverá respeitar o art. 598 do Código Civil.**

Registra-se, por oportuno que **não há que se falar em subcontratação indevida**, posto que a única exigência para a contratação de responsável técnico através de contrato de prestação de serviços é que o *“profissional deverá ser contratado na condição de responsável técnico pelas atividades desenvolvidas pelo contratante”*. Portanto, não exige que o contrato seja firmado apenas e tão somente no nome do profissional.

Pela breve leitura do objeto do contrato de prestação de serviços firmado, é de se observar que o Sr. Lucas Emídio da Silva foi contratado como responsável técnico da CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA, senão vejamos:



01. OBJETO DO CONTRATO

01.1 O objeto do presente contrato é a coordenação/gerenciamento de obras de construção e montagem de dutos de transporte e distribuição de hidrocarbonetos, figurando como Chefe da Obra (Engenheiro Mecânico Pleno) e responsável técnico da empresa CONTRATANTE, o Sr. LUCAS EMÍDIO DA SILVA, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, CREA-RN nº 210213352-4, portador da cédula de identidade nº 1088810 ITEP RN, CPF nº 276.507.314-72, residente e domiciliado na Rua Doutor José Bezerra, nº 70, Barro Vermelho, Natal-RN, CEP: 59.022-120.

01.2 O CONTRATADO deverá providenciar a Anotação de Responsabilidade Técnica referente aos serviços ora contratados, antes do início dos trabalhos.

Registra-se que caso não fosse possível a contratação de responsável técnico através da OLEOGÁS LTDA, que aliás, o único sócio é o Sr. Lucas Emídio da Silva, não seria permitido o cadastramento do responsável técnico da CONSTRUTORA RR pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, portanto, não há que se falar em subcontratação indevida.

Sendo, indiscutível a VALIDADE DAS CAT'S apresentadas. Tendo em vista que o CREA não proíbe a contratação de responsável técnico através de empresa que, aliás, o mesmo figura como único sócio. Sem falar que, o atestado foi adequadamente emitido pela POTIGÁS e registrado pelo CREA.

Convém ressaltar, ainda, que as CAT'S foram emitidas, nos exatos termos dos atestados fornecidos pela POTIGÁS, atestando os serviços executados no período de vigência do contrato e acompanhado pelo responsável técnico Lucas, com contrato de prestação de serviços vigente, assinado em 27/04/2022, por mais esse motivo, indiscutível a validade da CAT.

O Recorrente no presente recurso não só está contestando os documentos da empresa, como está contestando os atos da Comissão, da Potigás e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), entidade de fiscalização do exercício de profissões de engenharia e agronomia. O que é um completo absurdo!

Com efeito, pelos documentos apresentados pela empresa CONSTRUTORA RR, resta indiscutível que a mesma está apta a participar do presente certame, portanto sem qualquer fundamento a alegação da Recorrente.

Observe-se que a ora Contrarrazoante atendeu às exigências editalícias e a VIPETRO tem se utilizado de informações inverídicas, se aventurando na faculdade de interposição de recurso repleto de devaneios, com o claro intuito de tumultuar o processo licitatório, não se prendendo AOS REQUISITOS



DE HABILITAÇÃO do caso em tela, com o propósito de desqualificar a CONSTRUTORA RR, que em nada desacatou as regras contidas no referido Edital da LICITAÇÃO Nº 90023/2024.

Importa esclarecer, que a CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA. é uma empresa séria, que atua no mercado de construção civil e contratos públicos com muita competência técnica, capacidade operativa e sucesso em suas entregas.

Pelas razões constantes no recurso rasteiro apresentado pela Recorrente, vislumbra-se uma falta de acuidade na análise dos documentos apresentados pela ora Contrarrazoante, prejudicando a celeridade do certame, com razões recursais sem fundamentação legal, e ainda, de maneira vexatória, **questionando o trabalho da Comissão e do CREA/RN.**

Portanto, os argumentos levantados pela Recorrente NÃO encontram respaldo ou merecem acolhimento vez que, na íntegra, a CONSTRUTORA RR atendeu o edital.

Cumpre destacar que a Administração Pública deve obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todos previstos no Art. 37, "caput", da CF/88, que devem ser observados no âmbito dos processos licitatórios.

Além dos princípios gerais que decorrem das normas hierarquicamente superiores invocadas, a licitação deve observância a princípios particulares e próprios, descritos na Lei de Licitações, como a probidade, a igualdade, a publicidade, a impessoalidade, vinculação ao instrumento convocatório, prevendo que *"a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração..."*

Ora, Douta Comissão, todas as exigências previstas no instrumento editalício, foram cumpridas pela CONSTRUTORA RR que em nada feriu qualquer princípio da administração pública ou agiu em desacordo com as exigências encontradas.

Posto isso, tem-se claramente que as razões apontadas pela VIPETRO, mostram-se, incapazes de conduzir a CONSTRUTORA RR à desqualificação, não se vislumbrando ofensa aos princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, sendo legítima a sua habilitação, em prestígio do interesse público.

As alegações trazidas pela VIPETRO não são critérios plausíveis para justificar a desqualificação da Contrarrazoante. Aliás, muito pelo contrário, possuem nítido cunho restritivo.

 7

Nesta senda, leciona o ilustre administrativista Marçal Justen Filho :

“Também não se admitem requisitos que, restritivos à participação no certame, sejam irrelevantes para a execução do objeto licitado. Deve-se considerar a atividade principal e essencial a ser executada, sem maiores referências, especificações ou detalhamentos.” (grifos nossos)

Convém, ressaltar que, a CONSTRUTORA RR, sempre participou de certames licitatórios, agindo com lisura perante o Poder Público, em nada transgredindo os princípios basilares que regem a Lei de Licitações. De modo que a decisão da Comissão Permanente de Licitação foi amparada nos princípios contidos na nossa Constituição Federal.

No mais, oportuno repisar que a Comissão Permanente de Licitação recebeu toda documentação da ora Contrarrazoante, assim sendo, a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO da CONSTRUTORA RR está correta e ílibada, não cabendo sua inabilitação meramente por ilações da empresa VIPETRO., que caso a comissão entenda por necessária poderá solicitar inclusive diligências.

Fica bastante claro que os argumentos suscitados pela empresa VIPETRO, comprova o desespero de vencer o certame, seja inventando ilações contra a habilitação da Contrarrazoante, ou tentando induzir a erro a comissão, conforme citado acima.

Assim, a Comissão, neste certame, agiu de maneira coesa, e seguiu à risca todas as determinações previstas no edital e na legislação pátria. Neste cerne, não há que se falar em reconsideração da DECISÃO DE HABILITAÇÃO. Seria, portanto, um contrassenso na atuação desta Administração, na busca da proposta mais vantajosa, modificar sua decisão, pois a ora Contrarrazoante demonstra que toda a sua documentação está adequada ao edital.

2.1.2. Da regularidade do registro no CREA

Alega o Recorrente que a CONSTRUTORA RR está inadimplente com o órgão de registro e controle de engenharia, o CREA RN.

A princípio, imperioso registrar o que determina o Edital para fins de habilitação técnica da empresa.



QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I. Prova de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da jurisdição da sede do licitante.

I.1. No documento acima, deverá estar identificada a sua competência para o exercício de atividades obrigatoriamente na área Projeto Básico - Serviços de Engenharia - POTIGAS 13 (28803726) SEI 05310002.003801/2024-67 / pg. 10 de Engenharia Mecânica e facultativamente na área de Engenharia Civil, conforme Decisão Normativa 032 de 14/12/1988 (CONFEA/CREA).

NOTA: No caso do licitante vencedor ter a sua sede fora do Estado deverá providenciar também, **após assinatura do Contrato, o registro de inscrição no CREA/RN** e cumprir demais formalidades que este órgão solicitar, sem as quais a POTIGÁS não autorizará o CONTRATADO executar quaisquer serviços.

Registra-se que a exigência de registro de inscrição no CREA/RN é após a assinatura do Contrato, portanto, para a comprovação da qualificação técnica na presente licitação, as licitantes devem comprovar apenas o registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), da jurisdição da sede do licitante, como demonstrado pela CONSTRUTORA RR, que se encontra quite com suas obrigações, senão vejamos:



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURÍDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-PE

Nº 2220611261/2024

Emissão: 03/10/2024

Validade: 31/10/2024

Chave: 7xd53

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que até a presente data, a referida pessoa jurídica e seu(s) responsável(is) técnico(s) estão quites com suas atividades e demais obrigações junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco - CREA-PE, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA

CNPJ: 09.753.377/0001-96

Registro: 0000046297

Categoria: Mestr

Capital Social: R\$ 10.000.000,00

Data do Capital: 28/08/2019

Força: 0

O Tribunal de Contas da União (TCU) já se pronunciou sobre esse assunto, afirmando que é irregular a exigência de apresentação do visto no CREA local como critério de habilitação, e que um prazo razoável deve ser estabelecido após a homologação da licitação para que a empresa vencedora apresente o documento no momento da celebração do contrato, conforme previsto na Constituição Federal, na Lei 13303/2016 e na Súmula TCU 272.

Informativo de Licitações e Contratos nº 375:

É irregular a exigência de apresentação, pelas licitantes, de visto no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) da localidade onde os serviços serão prestados, como critério de habilitação, devendo ser estabelecido prazo razoável, após a homologação do certame, para que a vencedora apresente esse documento no ato da celebração do contrato (art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, c/c o art. 31 da Lei 13.303/2016 e a Súmula TCU 272).

Desta forma, concluímos que a exigência de registro no CREA local para a participação em licitações é uma obrigação legal imposta pelo próprio CREA, de acordo com a legislação vigente. No entanto, é importante ressaltar que essa exigência não pode ser utilizada como critério de habilitação no momento da participação na licitação, conforme orientação do Tribunal de Contas da União.

Portanto, a exigência de apresentação do visto no CREA local deve ser feita somente no momento da execução da obra ou serviço, sendo fundamental que se estabeleça um prazo razoável, após a homologação do certame, para que a empresa vencedora apresente o documento no momento da celebração do contrato. Assim, respeita-se tanto a legislação vigente quanto os princípios da legalidade e da isonomia nas licitações.

Apesar da sorrateira tentativa de desqualificar a CONSTRUTORA RR pela Recorrente, é de se registrar que a Recorrida possui registro no CREA RN, e quanto a comprovação do pagamento das anuidades, **não é requisito de habilitação técnica na presente licitação**, podendo ser apresentada a comprovação da quitação no momento da celebração do contrato, portanto, por qualquer ângulo que se possa analisar, irretocável a Decisão da Comissão de habilitar a CONSTRUTORA RR.

2.1.3. Atendimento do item 18, subitem III.1 do Anexo I do Edital pela CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA – Da qualificação técnica.



A Recorrente alegou o suposto descumprimento do Edital pela **CONSTRUTORA RR**, referente a qualificação técnica exigida, e requereu sua inabilitação.

Em mais um devaneio absurdo, a VIPETRO, nas razões de seu recurso, afirma que houve erro de somatório, que alguns atestados foram acostados repetidamente e que a CONSTRUTORA RR não atende ao quantitativo mínimo.

O edital assim dispõe:

9.3.4 - Relativamente à QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL da LICITANTE:

9.3.4.1 - Os requisitos referente à qualificação técnico-operacional da LICITANTE são os estabelecidas no PROJETO BÁSICO (Anexo I deste EDITAL).

O Anexo I do Edital dispõe que:

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

(...)

II. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional de execução de serviços de Construção e Montagem de Gasodutos (*A), emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços para empresas distribuidoras ou transportadoras de hidrocarbonetos (gás natural ou óleo combustível ou GLP gasificado), com o nome da Empresa licitante como executora, devidamente registrado(s) no CREA (com CAT - Certidão de Acervo Técnico).

III. Comprovação de capacidade técnico-profissional mediante indicação que o licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior em Engenharia Mecânica, Química, Metalúrgica, Industrial (Químico, Mecânico ou Metalúrgico) ou Civil (Decreto 23.569/33), conforme Decisão Normativa 032 de 14/12/1988 (CONFEA/CREA), devidamente reconhecido pelo CREA, detentor de Atestado com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de execução de serviços de Construção e Montagem de Gasodutos, em características, quantidades e prazos (*A), compatíveis com o objeto desta Licitação, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA da Jurisdição em que foi realizado o serviço.

(*A) Executado um empreendimento devidamente reconhecido pelo CREA, envolvendo as atividades de construção, montagem, condicionamento (limpeza, secagem e inertização) e testes de dutos de transporte e/ou de distribuição de hidrocarbonetos, em PEAD (PE-80 ou PE-100) E AÇO CARBONO, compatíveis em quantidades com o objeto da Licitação, isto é, num quantitativo de 507.409,65 kg de PEAD e 14.319,00 kg DE AÇO CARBONO (*B). Adicionalmente, no caso dos dutos de transporte/distribuição de PEAD,

entre os atestados apresentados, a contratada deverá comprovar adicionalmente que já executou nesses contratos serviços de solda do tipo topo ou termofusão nas tubulações de PEAD, em gasodutos com DE 125mm ou superiores.

(*B) A POTIGÁS aceita uma diminuição neste quantitativo para PEAD e AÇO, conforme descrito abaixo:

AÇO:

Um meio (1/2) do quantitativo acima, isto é, 7.159,50 kg, podendo ser comprovada execução, pelo somatório de qualquer quantidade de Contratos, devidamente registrados no CREA (com CAT - Certidão de Acervo Técnico); ou,

Um terço (1/3) do quantitativo acima, isto é, 4.773,00 kg, desde que comprovada execução, em um único Contrato, devidamente registrado no CREA (com CAT - Certidão de Acervo Técnico). Caso o referido Atestado não apresente quantitativo em kg, será utilizada a seguinte tabela para cálculo:

AÇO CARBONO					
Diâmetro nominal	Diâmetro externo	Espessura	Peso	QTDE	Peso Total
(pol)	(pol)	(pol)	(kgf/m)		kgf
2	2 3/8	0,154	5,42		-
3	3 1/2	0,156	8,37		-
4	4 1/2	0,156	10,88		-
4	4 1/2	0,188	12,96		-
6	6 5/8	0,168	19,35	740,00	740,00
6	6 5/8	0,25	25,55		-
8	8 5/8	0,188	25,4		-
8	8 5/8	0,25	33,57		-
10	10 3/4	0,203	34,18		-
10	10 3/4	0,25	42,09		-
12	12 3/4	0,25	50,11		-
14	14	0,311	67,74		-
PESO TOTAL					14.319,00
1/3 PESO TOTAL					4.773,00
1/2 PESO TOTAL					7.159,50

PEAD:

Um meio (1/2) do quantitativo acima, isto é, 253.704,83 kg, podendo ser comprovada execução, pelo somatório de qualquer quantidade de Contratos, devidamente registrados no CREA (com CAT - Certidão de Acervo Técnico); ou,

Um terço (1/3) do quantitativo acima, isto é, 169.136,55 kg, desde que comprovada execução, em um único Contrato, devidamente registrado no CREA (com CAT - Certidão de Acervo Técnico).

Não obstante a redução aceita acima, a PROPONENTE estará ainda obrigada a comprovar que executou pelo menos 50.740,96 kgf destes gasodutos

através do processo de solda do tipo topo ou termofusão nas tubulações de PEAD com DE 140mm ou superiores.

Caso o referido Atestado não apresente quantitativo em kg, será utilizada a seguinte tabela para cálculo:

PEAD					
Diâmetro		Espessura	Peso	QTDE	Peso Total
(mm)		(mm)	(kgf/m)		kgf
20		2,3	0,131		0
25		2,3	0,168		0
32		3	0,275		-
40		3,7	0,425		0
63		5,8	1,043		-
75		6,9	1,475		0
90		8,2	2,111		0
110		10	3,131	5750	5.750,00
125		11,4	4,062		0
160		14,6	6,646		0
200		18,2	10,36	47240	47240
250		22,8	16,188		0
PESO TOTAL					507.409,65
1/3 PESO TOTAL					169.136,55
1/2 PESO TOTAL					253.704,83

NOTA: Este(s) atestado(s) deverá (ao) ser emitido(s) em papel timbrado, assinados pelo representante(s) legal (is) da(s) empresa(s) declarante(s), ou por quem detenha poderes através de procuração para representá-lo. A Comissão poderá diligenciar para confirmar a autenticidade da declaração e a qualidade de representante legal do signatário.

O Informativo 01 assinado pelo Membro Titular da Comissão Permanente de Licitação ainda esclarece que: “e, no mesmo item, deve ser desconsiderado a seguinte redação: “Não obstante a redução aceita acima, a PROPONENTE estará ainda obrigada a comprovar que executou pelo menos 50.740,96 kgf destes gasodutos através do processo de solda do tipo topo ou termofusão nas tubulações de PEAD com DE 140mm ou superiores.” Portanto para efeito de comprovação da experiência, a empresa e o respectivo profissional engenheiro deverão comprovar experiência para execução de solda topo (termofusão), sem que seja exigido um quantitativo mínimo associada a essa experiência.”. **O que foi devidamente cumprido pela CONSTRUTORA RR, através do Relatório de inspeção de solda PEAD por termofusão emitido pela BAHAGÁS.**

Vir

INFORMATIVO 01

A Comissão Permanente de Licitação (CPL), nos termos do item 5.5.2 do Edital da Licitação Presencial - LP Nº 90023/2024, a pedido do setor demandante do processo, vem apresentar esclarecimentos à respeito de informação dúbia no Projeto Básico.

A Potigás esclarece que em relação às exigências de acervo técnico, será considerado como válido o texto abaixo posto no item 18.1 do Projeto Básico:

*"III. Comprovação de capacidade técnico-profissional mediante indicação que o licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior em Engenharia Mecânica, Química, Metalúrgica, Industrial (Químico, Mecânico ou Metalúrgico) ou Civil (Decreto 23.569/33), conforme Decisão Normativa 032 de 14/12/1988 (CONFEA/CREA), devidamente reconhecido pelo CREA, detentor de Atestado com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de execução de serviços de Construção e Montagem de Gasodutos, em características, quantidades e prazos (*A), compatíveis com o objeto desta Licitação, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA da jurisdição em que foi realizado o serviço.*

*(*A) Executado um empreendimento devidamente reconhecido pelo CREA, envolvendo as atividades de construção, montagem, condicionamento (limpeza, secagem e inertização) e testes de dutos de transporte e/ou de distribuição de hidrocarbonetos, em PEAD (PE-80 ou PE-100) E AÇO CARBONO, compatíveis em quantidades com o objeto da Licitação, isto é, num quantitativo de 507.409,65 kg de PEAD e 14.319,00 kg DE AÇO CARBONO (*B). **Adicionalmente, no caso dos dutos de transporte/distribuição de PEAD, entre os atestados apresentados, a contratada deverá comprovar adicionalmente que já executou nesses contratos serviços de solda do tipo topo ou termofusão nas tubulações de PEAD, em gasodutos com DE 125mm ou superiores"***

e, no mesmo item, deve ser desconsiderado a seguinte redação:

"Não obstante a redução aceita acima, a PROPONENTE estará ainda obrigada a comprovar que executou pelo menos 50.740,96 kgf destes gasodutos através do processo de solda do tipo topo ou termofusão nas tubulações de PEAD com DE 140mm ou superiores."

Portanto para efeito de comprovação da experiência, a empresa e o respectivo profissional engenheiro deverão comprovar experiência para execução de solda topo (termofusão), sem que seja exigido um quantitativo mínimo associada a essa experiência.

São esses os esclarecimentos prestados.

ASSINADO ELETRONICAMENTE POR:

Luis Arthur Almeida de Assis

Membro Titular da CPL

Antes de adentrarmos no mérito das contrarrazões propriamente ditas e afastar as alegações infundadas feitas pela VIPETRO, vale salientar que a CONSTRUTORA RR apresentou 12 (doze) CAT's para suprir as exigências editalícias referentes a qualificação técnica operacional e 6 (seis) CAT's para suprir as exigências editalícias referentes a qualificação técnica operacional, suficientes para atendimento de toda qualificação exigida.

Mais uma vez vale chamar atenção ao fato da Recorrente não ter analisado corretamente o acervo técnico da Contrarrazoante.

No que se refere a Certidão de Acervo Técnico da obra da POTIGÁS, CAT Nº 1425138/2023 e 1441368/2024, a alegação da Recorrente de que os Atestados Técnicos foram emitidos em nome da OLEOGÁS, **NÃO PROCEDE**, senão vejamos:





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1137 de 31 de Março de 2023

CREA-RN

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1441368/2024

Atividade em andamento

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que consta em nossos arquivos o registro de Acervo referente a(s) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) - ARTs, constante(s) da Presente CERTIDÃO.

Profissional: LUCAS EMÍDIO DA SILVA
Registro: 2334D RN RN RNP: 2102133524
Título profissional: ENGENHEIRO MECÂNICO

Número da ART: RN20240739000 Tipo de ART: Obra/Serviço Registrada em: 18/09/2024
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: OLEOGAS LTDA.

Contratante: construtora e incorporadora rr ltda

CPF/CNPJ: 09.753.377/0001-96

Endereço do contratante: RUA CÂMARA CASCUDO

Nº: 239

Complemento: galpão

Bairro: PARQUE DE EXPOSIÇÕES

Cidade: PARNAMIRIM

UF: RN

CEP: 59146460

Contrato: 5.097-22

Celebrado em:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Valor do contrato: R\$ 13.330.856,16

Ação institucional: NÃO SE APLICA

Endereço da obra/serviço: AVENIDA diversos

Nº: s/n

Complemento:

Bairro: diversos

Cidade: NATAL

UF: RN

CEP: 59020505

Data de início: 25/01/2023

Situação: atividade em andamento

Finalidade: Outro

Proprietário: POTIGAS - COMPANHIA POTIGUAR DE GAS

CPF/CNPJ: 70.157.895/0001-00



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1137 de 31 de Março de 2023

CREA-RN

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1425138/2023

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte

CERTIFICAMOS para os devidos fins que consta em nossos arquivos o Registro de Acervo referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade(s) Técnica(s) - ARTs constante(s) da Presente CERTIDÃO, tendo sido comprovada a execução e conclusão da(s) obra(s) e/ou serviço(s) indicado(s) conforme descrição(ões) abaixo.

Profissional: LUCAS EMÍDIO DA SILVA
Registro: 2334D RN RN RNP: 2102133524
Título profissional: ENGENHEIRO MECÂNICO

Número da ART: RN20240731478 Tipo de ART: Obra/Serviço Registrada em: 23/08/2024 Baixada em: 23/08/2024
Forma de registro: SUBSTITUIÇÃO Participação técnica: INDIVIDUAL
Empresa contratada: OLEOGAS LTDA.

Contratante: construtora e incorporadora rr ltda

CPF/CNPJ: 09.753.377/0001-96

Endereço do contratante: RUA CÂMARA CASCUDO

Nº: 239

Complemento: galpão

Bairro: PARQUE DE EXPOSIÇÕES

Cidade: PARNAMIRIM

UF: RN

CEP: 59146460

Contrato: 5-082-20

Celebrado em:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Valor do contrato: R\$ 9.481.577,46

Ação institucional: NÃO SE APLICA

Endereço da obra/serviço: RUA diversos

Nº: S/N

Complemento:

Bairro: diversos

Cidade: NATAL

UF: RN

CEP: 59020505

Data de início: 09/05/2022

Conclusão efetiva: 11/03/2023

Finalidade: Outro

Proprietário: POTIGAS - COMPANHIA POTIGUAR DE GAS

CPF/CNPJ: 70.157.895/0001-00

Lucas

Assim como as CAT'S, os Atestados Técnicos foram emitidos em nome da CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA, senão vejamos:



CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA
RUA ASTORGA, 141 - MADALENA - RECIFE/PE - CEP 50.750-000
CNPJ: 09.753.377/0001-96 - E-mail: rr@rr.com.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - PARCIAL

Atestamos que a empresa abaixo nomeada VEM EXECUTANDO para a COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (PC TIGAS), sob o Contrato N° 5.097-22, os serviços objeto do contrato, tendo todas as pendências surgidas até o momento sido equacionadas ou glosadas nos termos das vistorias realizadas. Informamos que a empresa vem cumprindo as suas obrigações não sendo do conhecimento da gerência e fiscalização qualquer pendência técnica que desabone a regular prestação do serviço.

1. EMPRESA:

CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA.

Endereço: RUA ASTORGA, nº 141, MADALENA, RECIFE/PE, CEP 50.750-000
CNPJ: N° 09.753.377/0001-96

2. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ENGENHEIRO MECÂNICO LUCAS EMÍDIO DA SILVA

ART RN20240710795 / RNP 2102133524

PROFISSIONAL CONTRATADO POR INTERMÉDIO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA,
ATRAVÉS DA SEGUINTE EMPRESA:

OLEOGÁS LTDA

CNPJ: 46.171.364/0001-35

Endereço: AV NASCIMENTO DE CASTRO, 1795, LAGOA NOVA, NATAL/RN

3. VALOR CONTRATADO:

R\$ 13.330.955,16 (Treze milhões, trezentos e trinta mil novecentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos)

4. VALOR ADITIVO 01:

R\$ 1.908.011,92 (Um milhão, novecentos e oito mil onze reais e noventa e dois centavos)

5. VALOR TOTAL CONTRATADO:

R\$ 15.238.967,08 (Quinze milhões, duzentos e trinta e oito mil novecentos e sessenta e sete reais e oito centavos)

6. VALOR PAGO:

R\$ 10.151.699,38 (Dez milhões, cento e cinquenta e um mil seiscentos e noventa e nove reais e trinta e oito centavos).

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte, vinculado à Certidão nº 1441368/2024, em 23/09/2024 emitida



2024 e contém 7 folhas



CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA
RUA ASTORGA, 141 - MADALENA - RECIFE/PE - CEP 50.750-000
CNPJ: 09.753.377/0001-96 - E-mail: rr@rr.com.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa abaixo nomeada executou para a COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS), sob o Contrato N° 5-092-20, os serviços objeto do contrato, tendo todas as pendências sido equacionadas ou glosadas nos termos das vistorias realizadas. Informamos que a empresa cumpriu as suas obrigações não sendo do conhecimento da gerência e fiscalização qualquer pendência técnica.

1. EMPRESA:

CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA.

Endereço: RUA ASTORGA, nº 141, MADALENA, RECIFE/PE, CEP 50.750-000
CNPJ: N° 09.753.377/0001-96

2. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

ENGENHEIRO MECÂNICO LUCAS EMÍDIO DA SILVA

ART RN20220504903 / RNP 2102133524

PROFISSIONAL CONTRATADO POR INTERMÉDIO DE CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA,
ATRAVÉS DA SEGUINTE EMPRESA:

OLEOGÁS LTDA

CNPJ: 46.171.364/0001-35

Endereço: AV NASCIMENTO DE CASTRO, 1795, LAGOA NOVA, NATAL/RN

3. VALOR CONTRATADO:

R\$ 8.481.577,46 (Oito milhões, quatrocentos e oitenta e um mil quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos)

4. VALOR ADITIVO 01:

R\$ 109.813,08 (Cento e nove mil oitocentos e treze reais e oito centavos)

5. VALOR ADITIVO 02:

R\$ 779.762,03 (Setecentos e setenta mil setecentos e sessenta e dois reais e três centavos)

6. VALOR TOTAL CONTRATADO:

R\$ 9.362.153,47 (Nove milhões trezentos e sessenta e dois mil cento e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos)

7. VALOR PAGO:

R\$ 7.397.874,90 (Sete milhões trezentos e noventa e sete mil oitocentos e setenta e quatro reais e noventa centavos).

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte, vinculado à Certidão nº 1425138/2023, em 04/09/2024 emitida



18/2023
nº 179
9-34493
em: 23/09/2024 e contém 8 folhas

Carimbo manuscrito

Com efeito, tanto é válida a contratação do responsável técnico através da empresa OLEOGAS que as CAT'S **foram devidamente REGISTRADAS pelo CREA-RN**, portanto, não há que se falar em invalidação das CAT's, posto que amparadas pelos Acervos Técnicos fornecidos pela própria POTIGÁS. Sendo as alegações da Recorrente totalmente infundadas.

Pois bem, a qualificação técnico-operacional se dá tão somente pela citação no atestado da empresa pela qual os serviços foram executados, que no caso em tela foi a CONSTRUTORA RR, como bem consta no atestado apresentado que comprova as obras na POTIGÁS pela ora Contrarrazoante.

Sobre atestado o CREA/PE assim define em sua página:

O atestado é a declaração fornecida pela contratante (pessoa física ou jurídica de direito público ou privado), que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.

É facultado ao profissional requerer ao Crea o registro desse atestado, de maneira que fique vinculado à respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT da obra ou serviço cuja execução está sendo atestada. Uma vez registrado, o atestado acompanhado pela CAT forma instrumento comprobatório de aptidão técnico-profissional para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de licitações.

Segundo o CONFEA, o **acervo técnico do profissional** é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo de sua vida **profissional** compatíveis com suas competências e registradas no CREA por meio de Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs. (www.confea.org.br)

Considerando que o contrato da POTIGÁS, assim como o CREA admitem a substituição do responsável técnico, o Sr. Lucas Emidio da Silva foi contratado como responsável técnico e concluiu os serviços, por conseguinte, repita-se indiscutível a validade das CAT'S N° 1425138/2023 e 1441368/2024.

No que se refere ao quantitativo, IRRETOCÁVEL A HABILITAÇÃO DA CONSTRUTORA RR, posto que, fora apresentado quantitativo inclusive superior ao exigido no Edital.

A RECORRENTE alega que a CONSTRUTORA RR atestados repetidamente.

Acontece que foram anexados 12 (doze) CAT's para suprir as exigências editalícias referentes a qualificação técnica operacional (ATESTADO 01 AO 12) e 6 (seis) CAT's para suprir as exigências editalícias referentes a qualificação técnica operacional (ATESTADO 13 AO 18), nesta ordem:

1	CREA RN	1425138/2023	operacional
2	CREA RN	1306306/2016	operacional
3	CREA RN	1441368/2024	operacional
4	CREA BA	29379/2019	operacional
5	CREA BA	19622/2019	operacional
6	CREA BA	29375/2019	operacional
7	CREA PB	116545/2016	operacional
8	CREA PE	2220439313/2016	operacional
9	CREA PE	2220443609/2016	operacional

 17

10	CREA PE	2220609020/2024	operacional
11	CREA AL	669287/2017	operacional
12	CREA AL	97529/2014	operacional
13	CREA RN	1441368/2024	profissional
14	CREA RN	1425138/2023	profissional
15	CREA PE	2220561137/2022	profissional
16	CREA PB	191979/2023	profissional
17	CREA BA	17588/2019	profissional
18	CREA SE	409540/2015	profissional

Apesar da POTIGÁS, de fato, ter contabilizado em duplicidade para fins de apuração da qualificação técnica OPERACIONAL, os atestados 13 e 14 na planilha da POTIGÁS que foram anexados para comprovação profissional, convém ressaltar que, mesmo excluído o quantitativo do atestado contabilizado em duplicidade pela POTIGÁS, ainda assim, a CONSTRUTORA RR supre o quantitativo exigido no Edital, senão vejamos:

ANEXO 01 - ANÁLISE TÉCNICA RR																																				
LISTA DE ATESTADOS ACEITOS PARA A EMPRESA PROPONENTE (ITEM II)																																				
AÇO CARBONO																																				
					1425138/2023		1441368/2024		29379/2019		19622/2019		29375/2019		116545/2016		2220443609/2016																			
					ATESTADO 01		ATESTADO 02		ATESTADO 03		ATESTADO 04		ATESTADO 05		ATESTADO 06		ATESTADO 07		ATESTADO 08		ATESTADO 09		ATESTADO 10		ATESTADO 11		ATESTADO 12									
					10		(28-29)		36						43		48				(69-70)															
Página																																				
Diâmetro nominal					Diâmetro externo		Espessura		Peso		QTDE		Peso total																							
(pol)					(pol)		(pol)		(kgf/m)				kgf																							
2					2 3/8		0,154		5,42		-				57,93		366,64		2				1975,61													
3					3 1/2		0,156		8,37		-		68,53		83,61		342,96						1299,78													
4					4 1/2		0,156		10,88		-												3948,83													
4					4 1/2		0,188		12,96		-																									
6					6 5/8		0,168		19,35		740		740								385															
6					6 5/8		0,25		25,55		-																									
8					8 5/8		0,188		25,4		-										329,56															
8					8 5/8		0,25		33,57		-																									
10					10 3/4		0,203		34,18		-																									
10					10 3/4		0,25		42,09		-																									
12					12 3/4		0,25		50,11		-																									
14					14		0,311		67,74		-																									
PESO TOTAL													14.319,00		573,60		1.013,80		4.857,76		10,84		15.820,57		64.048,04											
1/3 PESO TOTAL													4.773,00																							
1/2 PESO TOTAL													7.159,50																							
TOTAL APRESENTADO - AÇO													86.324,61																							
PEAD																																				
					1425138/2023		1306306/2016		1441368/2024		29379/2019		19622/2019		29375/2019		116545/2016		2220439313/2016		2220443609/2016		2220609030/2024		669287/2017		97529/2024									
					ATESTADO 01		ATESTADO 02		ATESTADO 03		ATESTADO 04		ATESTADO 05		ATESTADO 06		ATESTADO 07		ATESTADO 08		ATESTADO 09		ATESTADO 10		ATESTADO 11		ATESTADO 12									
					(9-10)		(17-18)		(28-29)		(36-37)		40		43				57		60		84		89		96									
Página																																				
Diâmetro nominal							Espessura		Peso		QTDE		Peso total																							
(pol)							(pol)		(kgf/m)				kgf																							
20							2,3		0,131		0		0																							
25							2,3		0,168		0		0																							
32							3		0,275		-		3323,09		702,25		1974,3		18,43		346,93		5474,88		6522,54		1161,89		7334,4							
40							3,7		0,425		0		0																							
63							5,8		1,043		-		34654,75		13909,5		26448,92				2661,48		5833,7		7625,79		3292,26		8934,3							
75							6,9		1,475		0		0																							
90							8,2		2,111		0		0																							
110							10		3,131		5750		5750		2973,1		5999,8		19240,4		309,51															
125							11,4		4,062		0		0						221,15		2365,82		3725,5		155		8022,67		8261,2							
160							14,6		6,646		0		0																							
200							18,2		10,36		47240		47240																							
250							22,8		16,188		0		0																							
PESO TOTAL													507.409,65		46.367,53		33.486,10		88.370,85		974,14		898,31		43.817,19		7.590,14		485,31		9.747,40		28.872,17		37.201,25	
1/3 PESO TOTAL													169.136,55																							
1/2 PESO TOTAL													253.704,83																							
TOTAL APRESENTADO - PEAD													297.810,39																							

Da mesma forma, no tocante a qualificação profissional, tendo em vista que os atestados 13 ao 18, se referem ao engenheiro Lucas, ainda que excluído do ANEXO 02 DA ANÁLISE TÉCNICA DA POTIGAS o quantitativo dos atestados 01 e 03 (atestados para comprovação da qualificação operacional), por estarem sendo contabilizados em duplicidade pela POTIGÁS, ainda assim a CONSTRUTORA RR supre o quantitativo de qualificação técnica profissional exigida no Edital, senão vejamos:

ANEXO 02 - ANÁLISE TÉCNICA RR									
LISTA DE ATESTADOS ACEITOS PARA O PROFISSIONAL (ITEM III)									
AÇO CARBONO									
					1441368/2024	1425138/2023	2220561137/2022	17588/2019	409540/2015
					ATESTADO 13	ATESTADO 14	ATESTADO 15	ATESTADO 16	ATESTADO 17
					Página	10	(119-120)		153
					(28-29)				157
Diâmetro nominal	Diâmetro externo	Espessura	Peso	QTDE	Peso total				
(pol)	(pol)	(pol)	(kgf/m)		kgf				
2	2 3/8	0,154	5,42	-	57,93				
3	3 1/2	0,156	8,37	-	83,61	68,53			
4	4 1/2	0,156	10,88	-			6683,6		3240,59
4	4 1/2	0,188	12,96	-					
6	6 5/8	0,168	19,35	740	740				
6	6 5/8	0,25	25,55	-				11728	2792
8	8 5/8	0,188	25,4	-					
8	8 5/8	0,25	33,57	-					
10	10 3/4	0,203	34,18	-					
10	10 3/4	0,25	42,09	-					
12	12 3/4	0,25	50,11	-					
14	14	0,311	67,74	-					
PESO TOTAL					14.319,00	1.013,80	573,60	72.717,57	226.936,80
1/3 PESO TOTAL					4.773,00				
1/2 PESO TOTAL					7.159,50				
TOTAL APRESENTADO - AÇO					390.524,58				
PEAD									
					1441368/2024	1425138/2023	2220561137/2022	191979/2023	409540/2015
					ATESTADO 13	ATESTADO 14	ATESTADO 15	ATESTADO 16	ATESTADO 17
					página	(9-10)	(120-121)	133	
					(28-29)				157
Diâmetro nominal		Espessura	Peso	QTDE	Peso total				
(mm)		(mm)	(kgf/m)		kgf				
20		2,3	0,131	0					
25		2,3	0,168	0					
32		3	0,275	-	1974,3	3323,09		1621,32	
40		3,7	0,425	0					
63		5,8	1,043	-	26448,92	34654,75		18267,5	14208,61
75		6,9	1,475	0					
90		8,2	2,111	0					
110		10	3,131	5750	5750	19240,4	2973,1	16405,33	1958
125		11,4	4,062	0					1142,4
160		14,6	6,646	0					
200		18,2	10,36	47240	47240			4915,6	
250		22,8	16,188	0					
PESO TOTAL					507.409,65	88.370,85	46.367,53	51.365,09	76.554,98
1/3 PESO TOTAL					169.136,55				
1/2 PESO TOTAL					253.704,83				
TOTAL APRESENTADO - PEAD					281.054,88				

Apesar da CONSTRUTORA RR suprir o quantitativo de qualificação técnica profissional exigida no Edital, com a exclusão do quantitativo em duplicidade pela POTIGÁS. É de se registrar, por oportuno, que FALTOU a área técnica da CPL contabilizar 14.208,61m de PEAD DE 63mm e 1.142,40m de PEAD de 110mm, no ATESTADO da SERGAS, CAT 409540/2015, o que totaliza 18.396,43kg, conforme demonstrado na planilha acima, senão vejamos:

Unir

SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO MND PARA DUTOS AC 4"	m	3.122,56
SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO MND PARA DUTOS AC 6"	m	351,00
SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO MND PARA DUTOS PEAD 32/63 MM	m	11.770,46
SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO MND PARA DUTOS PEAD 110MM	m	1.240,40
4. CONCLUSÃO MECÂNICA E PRÉ OPERAÇÃO DO RAMAL		
4.1. CONCLUSÃO MECÂNICA		
CONCLUSÃO MECÂNICA E PRÉ OPERAÇÃO DO RAMAL 3"	m	0,00
CONCLUSÃO MECÂNICA E PRÉ OPERAÇÃO DO RAMAL 4"	m	3.240,59
CONCLUSÃO MECÂNICA E PRÉ OPERAÇÃO DO RAMAL 6"	m	2.792,00
CONCLUSÃO MECÂNICA E PRÉ OPERAÇÃO DO RAMAL 32/63 MM	m	14.208,62
CONCLUSÃO MECÂNICA E PRÉ OPERAÇÃO DO RAMAL 110MM	m	1.240,40
4.2. CAIXAS DE VALVULAS		
PROJEETAMENTO E CONSTRUÇÃO DE CAIXA DE VÁLVULA AC	m	11,64

Este documento encontra-se registrado
Regional de Engenharia e Agronomia
vinculado à nº 409540/2015, emitida



Esse fato denota mais uma vez a falta de acuidade da Recorrente na análise do acervo técnico da CONSTRUTORA RR, gerando tão somente o retardamento do certame e o constrangimento de questionar a conduta e análise da CPL da Licitante. Uma mera análise rasteira e superficial do acervo apresentado pela Contrarrazoante, comprova o atendimento de todos os itens editalícios e sua expertise no serviço objeto da licitação.

O art. 58 da Lei 13303/2016 estabelece que:

Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros:

I - exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante;

II - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;

III - capacidade econômica e financeira;

IV - recolhimento de quantia a título de adiantamento, tratando-se de licitações em que se utilize como critério de julgamento a maior oferta de preço.

Lim 20

§ 1º Quando o critério de julgamento utilizado for a maior oferta de preço, os requisitos de qualificação técnica e de capacidade econômica e financeira poderão ser dispensados.

§ 2º Na hipótese do § 1º, reverterá a favor da empresa pública ou da sociedade de economia mista o valor de quantia eventualmente exigida no instrumento convocatório a título de adiantamento, caso o licitante não efetue o restante do pagamento devido no prazo para tanto estipulado.

O artigo 133 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da POTIGAS, que trata da qualificação técnica, exige:

Art. 133. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - Comprovação de capacidade técnico-operacional da pessoa jurídica, mediante a apresentação de:

- a) Registro ou à inscrição na entidade de classe competente;
- b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, conforme for indicado pela área demandante do objeto;
- c) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- d) Prova de requisitos de sustentabilidade ambiental, quando couber;
- e) Apresentação de relação explícita de instalações, máquinas, equipamentos ou pessoal técnico especializado ou declaração disponibilidade, se couber.

II - Comprovação da capacidade técnico-profissional, mediante a apresentação de comprovação de que a proponente possui, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior com vínculo empregatício, contrato regido pelo direito civil ou participação societária com a LICITANTE, com aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

III - Prova de realização de visita técnica ou declaração de dispensa de visita técnica, caso o instrumento convocatório exigir.

§ 1º No caso das licitações pertinentes a obras e serviços de engenharia, a comprovação da aptidão referida no inciso I, alínea "I -b)" e inciso II deste artigo será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, suficientes para comprovar a aptidão do LICITANTE.

§ 2º No caso das licitações pertinentes a serviços, excluída a hipótese de serviços de engenharia, a comprovação da aptidão referida no inciso I -, alínea "I -b)" poderá ser feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por declarações ou apresentação de documentos que referenciem a experiência anterior na execução de objeto igual ou similar, podendo ser exigida uma experiência correspondente a até 100% (cem por cento) dos quantitativos do referido objeto.

§ 3º A exigência relativa à capacitação técnica-operacional e técnica-profissional limitar-se-á à apresentação pelo LICITANTE de Certidão de Acervo Técnico - CAT, acompanhada do respectivo Atestado, para execução do mesmo objeto ou de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, conforme previsto no instrumento convocatório.

§ 4º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo mencionadas no parágrafo anterior serão definidas no instrumento convocatório podendo, conforme o caso, ser exigida uma experiência correspondente a até 100% (cem por cento) de tais parcelas, podendo ser admitida a somatória de atestados, na proporção de 1/3 (um terço) do quantitativo total para um mesmo contrato e 2/3 (dois terços) para qualquer quantidade de contratos.

§ 5º As exigências mínimas relativas a instalações, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedadas as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 6º Os profissionais indicados pelo LICITANTE para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverão participar da execução do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela POTIGÁS.

§ 7º Nas licitações para fornecimento de bens, a POTIGÁS poderá fixar no instrumento convocatório da licitação a exigência de apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado informando que a LICITANTE já executou objeto compatível e pertinente em quantidades, características e prazos com o objeto da licitação, podendo ser exigida uma experiência correspondente a até 100% (cem por cento) dos quantitativos do referido objeto, admitida a somatória de atestados.

§ 8º A exigência de visita técnica deve ser justificada na fase que antecede o recebimento de propostas.

Sabemos que capacidade técnico-operacional e a capacidade técnico-profissional estão inseridas na Lei, que no caso do operacional se refere à empresa apresentar "comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Já a capacidade técnico-profissional refere-se a "comprovação do licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas e prazos máximos".

Nesse diapasão, é expressa a Resolução 317/86 do Confea, que assim dispõe:

"Art. 1º Considera-se Acervo Técnico do profissional toda a experiência por ele adquirida ao longo de sua vida profissional, compatível com as suas atribuições, desde que anotada a respectiva responsabilidade técnica nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia"

"Art. 4º O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica é representado pelos Acervos Técnicos dos profissionais de seu quadro e de seus consultores técnicos devidamente contratados.

Parágrafo único – O acervo técnico de uma pessoa variará em função do Acervo Técnico do seu quadro de profissionais e consultores" (grifo nosso)

O item 18, subitem III.1 do Anexo I edital da Concorrência em tela, transcrito acima, reproduziu exatamente essa exigência, do dever de apresentar comprovação de que o licitante executou serviço/obra de características semelhantes ao objeto da licitação.

Segundo Rolf Dieter Oskar Friedrich Bräunert, no livro Como Licitar Obras e Serviços de Engenharia, tratando-se do inciso II acima citado, *"atividade pertinente e compatível deve ser entendida como qualquer atividade similar à relacionada ao objeto, devendo o proponente demonstrar já ter executado serviços de mesma natureza ao objeto em licitação"* (Editora Fórum, 2010, pg. 203/204).

Essa posição, inclusive, é corroborada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, e constitui entendimento sumulado, acerca da similaridade de atestados. Vejamos:

Súmula 263 - TCU

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Fonte: TCU. Plenário. Acórdão nº 2.963/2010, Rel. Min. Marcos Bemquerer. (...)

Pelas razões acima delineadas, percebe-se que a CONSTRUTORA RR atendeu integralmente o edital e possui a capacidade técnica-operacional e profissional buscada na licitação.

Ou seja, se a CONSTRUTORA RR atendeu integralmente o edital, sem qualquer margem de interpretação, o que restou comprovado, logo, a CPL, agiu corretamente em proceder com a sua habilitação.



Importante frisar que a CONSTRUTORA RR se acautelou, conforme já ressaltado, em acostar todos os documentos comprobatórios de que está apta a participar da presente licitação. O que leva a crer que o intuito da Recorrente é meramente protelatório ou de ludibriar a comissão, o que é inconcebível sob o ponto de vista da economicidade para o erário público, razão pela qual esse argumento de descumprimento do Edital não devem prosperar.

Como se sabe é premissa básica que o princípio da competitividade deve nortear os procedimentos licitatórios, essa respeitável Comissão não pode permitir nada diferente disso. Assim, foi de veras assertiva quando habilitou a licitante CONSTRUTORA RR.

O Professor Diógenes Gasparini leciona:

O princípio da competitividade é, digamos assim, a essência da licitação, porque só podemos promover esse certame, essa disputa, onde houver competição. É uma questão lógica. Com efeito, onde há competição, a licitação não só é possível, como em tese, é obrigatória; onde ela não existe a licitação é impossível.

E continua:

Se a competição é a alma da licitação, é evidente que quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar o melhor contratado. Sendo assim, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição. Procedimento dessa natureza viola o princípio da competitividade. (grifou-se)

Portanto, a Comissão de Licitação foi justa, correta e seguiu à risca todas as determinações legais. Neste cerne, não há que se falar em reconsideração do julgamento.

In casu, indubitosa a presença de argumentos suficientes e necessários para manutenção da respeitável decisão dessa Comissão de Licitação, que julgou pela **HABILITAÇÃO** da ora Contrarrazoante, pois que atendeu aos dispositivos regulatórios, conforme amplamente demonstrado.

Também é cediço que a Comissão de Licitação deve sempre pautar sua conduta na interpretação mais benéfica dos itens editalícios, buscando sempre favorecer a competitividade no certame. Essa regra é preconizada em diversos entendimentos pacificados no âmbito do TCU. Vejamos:

As regras do procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. (MS nº 5.606/DF, Rel. Min. José Delgado) (grifou-se)

Direito Público. Mandado de Segurança. Procedimento Licitatório. Vinculação ao edital. Interpretação das Cláusulas do instrumento Convocatório pelo Judiciário, fixando-se o Sentido e o alcance de cada

uma delas e Escoimando exigências desnecessárias e de Excessivo Rigor Prejudiciais ao interesse Público. Possibilidade. Cabimento do mandado de Segurança para esse fim. Deferimento. (MS nº 5.418/DF. Rel. Min. Demócrito Reinaldo)

Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é "absoluto", de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração.

Fonte: STJ - MS 199700660931, rel. Min. Demócrito Reinaldo, publicado no DJ de 01/06/1998, p. 24 (grifou-se)

De mais a mais se a CONSTRUTORA RR atendeu integralmente as exigências editalícias, e em respeito a vinculação ao instrumento convocatório, não há outra conduta a ser tomada pela Comissão, senão manter a habilitação da Contrarrazoante.

Hely Lopes Meirelles, na página 51 da 15ª edição da sua obra: Licitação e Contrato Administrativo, sustenta:

A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.

Desta feita, rogamos pela improcedência do recurso interposto pela Licitante **VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA**, tendo em vista o intuito meramente eliminatório da concorrência, visando unicamente frustrar a competitividade do certame, o que sem dúvida, traria prejuízos de ordem econômica para a **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS**.

Em razão do exposto, a Impugnante referenda a decisão irretocável desta Douta Comissão, ressaltando apenas que esta estaria cometendo ilegalidade se deferisse o recurso administrativo da Impugnada. O mais, é o **"JUS ESPERNIANDI"** da citada Impugnada.

In casu, indubitosa a presença de argumentos suficientes e necessários para manutenção da respeitável decisão da Comissão, pois que atendeu aos dispositivos regulatórios, conforme amplamente demonstrado. Razão pela qual deve ser mantida!



Desta feita, a única conduta possível a ser adotada pela Douta Comissão, é refutar os termos dos apontamentos da empresa VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. e manter a habilitação da **CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA.**

2.1.4. Do atendimento ao disposto na Lei Estadual do RN nº 10.783/2020.

Alega a Recorrente que a CONSTRUTORA RR não apresentou certidão de regularidade com a situação da cota de aprendiz.

O Edital, no item 9.3.7 estabelece o atendimento ao disposto na Lei Estadual do RN nº 10.783/2020, in verbis:

9.3.7 - ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI ESTADUAL DO RN Nº 10.783/2020:

9.3.7.1 - Certidão de Regularidade na Contratação de Aprendizes, oriunda do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho, comprovando o cumprimento ao percentual mínimo previsto no art. 429, caput, da CLT.

9.3.7.1.1 - Caso não seja possível a emissão da certidão indicada, serão admitidas as demais documentações elencadas no artigo 2º da referida Lei Estadual, quais sejam: relatórios ou outros documentos emitidos eletronicamente em sites governamentais; documentação oficial disponível na empresa para fiscalização; declaração firmada pelo responsável legal da empresa contratada acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes e pessoas com deficiência.

9.3.7.1.2 - A documentação de que trata esse item poderá ser dispensada para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), bem como para as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional na modalidade de aprendizagem.

Pois bem. A priori, cumpre registrar que o item 9.3.7.1.1 do Edital estabelece que caso não seja possível a emissão da certidão, serão admitidas as demais documentações elencadas no art. 2º da referida Lei Estadual.

A LEI Nº 10.783, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020, dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação das cotas de aprendizes e pessoas com deficiência por parte de empresas que celebrem contratos com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

Art. 1º **No ato de contratação** com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, relativamente a bens, serviços e obras, bem como durante a vigência dos respectivos contratos, as empresas deverão comprovar o cumprimento de leis e decretos federais a seguir relacionados que determinam o preenchimento das cotas de aprendizes e de pessoas com deficiência:

I - Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que, em seu artigo 93, estabelece a obrigatoriedade de preenchimento no quadro de funcionários da empresa com beneficiários reabilitados ou com pessoas com deficiência;

II - Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, que regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências;

III - Decreto Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho/CLT), especificamente nos artigos com redação introduzida pela Lei nº 10.097, de 19/12/2000, que dispõem sobre a contratação de aprendizes. § 1º Estão compreendidos pelo disposto no caput todos os órgãos da Administração Direta e Indireta.

§ 2º A exigência prevista no caput somente se aplica às empresas que, efetivamente, estejam obrigadas ao preenchimento das referidas cotas. § 3º Incumbe às empresas, quando for o caso, comprovar que não se enquadram na obrigatoriedade estabelecida no caput, bem como expor os motivos de eventual descumprimento, na hipótese de serem obrigadas à observância das leis e decretos mencionados.

Art. 2º A comprovação de que trata o art. 1º deverá ser prestada por qualquer um dos seguintes meios:

I - documento oficial expedido por órgão responsável pela fiscalização do trabalho;

II - relatórios ou outros documentos emitidos eletronicamente em sites governamentais;

III - documentação oficial disponível na empresa para fiscalização;

IV - declaração firmada pelo responsável legal da empresa contratada acompanhada dos registros de contratação dos aprendizes e pessoas com deficiência.

Parágrafo único. No decorrer da vigência do contrato, a empresa se compromete a renovar a informação mencionada no caput e apresentar os documentos relacionados à comprovação da entrega de bens e execução de obras e/ou serviços.

Art. 3º O Governo do Estado deve dar ciência expressa às empresas das exigências contidas na presente Lei, antes de iniciado o processo de contratação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A CONSTRUTORA RR apresentou CERTIDÃO e Edital do SENAI para comprovar o cumprimento ao disposto na LEI Nº 10.783, DE 22 DE OUTUBRO DE 2020, que aliás, apenas se tornará exigível **NO ATO DA CONTRATAÇÃO** nos termos do art. 1º e 3º da referida Lei. Portanto, não há que se falar em descumprimento editalício.

A legislação específica que a cota é uma obrigação que deve ser cumprida na fase de execução e não no ato da licitação.

 27

Em respeito ao Princípio da Legalidade, a empresa só pode ser exigida a cumprir obrigações que estejam claramente estabelecidas em lei, e a exigência de cumprimento da cota no ato da licitação não é uma delas.

As decisões judiciais reforçam a interpretação de que a cota de aprendizes deve ser cumprida durante a execução, não no momento da licitação, senão vejamos:

EMENTA: DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. REEXAME NECESSÁRIO. LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO, PROCESSAMENTO E DIVULGAÇÃO DE RESULTADO FINAL DE CONCURSO PÚBLICO. COMPROVAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE COTA DE MENOR APRENDIZ NA FASE DE HABILITAÇÃO. ITEM 6.1.2, H DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 002/2021. CLÁUSULA EM DESACORDO COM A LEI ESTADUAL Nº 10.783/20 E COM O ART. 5º DO DECRETO ESTADUAL Nº 30.753/2021. HABILITAÇÃO DEVIDA. DIREITO LIQUIDO E CERTO DEMONSTRADO. DESPROVIMENTO DO REEXAME NECESSÁRIO. (TJ-RN - REMESSA NECESSÁRIA CÍVEL: 08026822620228205001, Relator: IBANEZ MONTEIRO DA SILVA, Data de Julgamento: 17/03/2023, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 20/03/2023) grifos nossos

EMENTA: LICITAÇÃO. CONCORRÊNCIA. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO, PROCESSAMENTO E DIVULGAÇÃO DE RESULTADO FINAL DE CONCURSO PÚBLICO. LIMINAR. INABILITAÇÃO DECORRENTE DE DESCUMPRIMENTO DE ITEM DO EDITAL. OBSERVÂNCIA DO ART. 5º, DO DECRETO ESTADUAL Nº 30.753/2021. PROBABILIDADE DO DIREITO E PERIGO DA DEMORA EVIDENCIADOS. LIMINAR DEFERIDA. (TJ-RN - MS: 0835311-87.2021.8.20.5001, 06ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal. Juiz de Direito Francisco Seráfico da Nóbrega Coutinho)

Ora, exigir a comprovação da cota no ato da licitação poderia limitar a participação de empresas que, de outra forma, poderiam contribuir com propostas competitivas.

Portanto, é possível argumentar que a exigência de cumprimento da cota de aprendizes no ato da licitação não se sustenta legalmente, devendo ser respeitado o momento da execução do contrato para tal obrigação.

Dito isto, as razões da RECORRENTE não têm fundamento para a inabilitação da CONSTRUTORA RR.

Corroborando com esse entendimento, cita-se oportunamente as decisões exaradas pelo Tribunal de Contas da União que, inclusive, foram divulgadas, por sua relevância, no Informativo de Licitações e Contratos, de autoria do TCU, a saber:

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, QUANDO A DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE CONTIVER DE MANEIRA IMPLÍCITA O ELEMENTO SUPOSTAMENTE FALTANTE e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame.

Representação de licitante (escritório de advocacia) apontara suposta irregularidade em concorrência promovida pela Celg Distribuição S.A. para contratação de serviços advocatícios. Alegara o escritório representante que teria sido indevidamente inabilitado no certame em função de eventual insuficiência de sua infraestrutura física, mesmo após ter comprovado, em sede de recurso administrativo, possuir a infraestrutura mínima exigida no edital. Em sede de oitiva, a Celg informou que o licitante não atendera ao edital, uma vez que “fez juntar ‘Declaração de Disponibilidade Técnica’ (...) de forma genérica, deixando de mencionar a existência de linhas telefônicas”. Complementou que “tal ocorrência denota falta de atenção, sem contar ainda o fato de os demais licitantes terem atendido tal item, conforme a regra do edital”. Ao rejeitar as justificativas da Celg, o relator destacou que “a ‘Declaração de Disponibilidade Técnica’ apresentada pelo licitante, conquanto não tenha declarado explicitamente possuir uma linha telefônica, continha, em seu rodapé, o endereço completo e o número de telefone de sua sede, suprimindo, de forma indireta, a exigência”. Acrescentou o relator que, “se mesmo assim, ainda pairassem dúvidas sobre o fato, a CELG poderia ter requerido esclarecimentos complementares, como previsto no art. 43 da Lei 8.666/1993”. Nesse sentido, **concluiu que “a decisão de excluir o representante pela ausência de informação que constava implicitamente em sua documentação revela-se como formalismo exagerado por parte dos responsáveis pela análise do certame, com prejuízo à sua competitividade”**. O Tribunal, alinhado ao voto da relatoria, considerou procedente a Representação, fixando prazo para que a Celg adotasse “as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de desconstituir o ato de inabilitação do escritório”. **Acórdão 1795/2015-Plenário, TC 010.975/2015-2, relator Ministro José Múcio Monteiro, 22.7.2015.**

Havendo alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou na proposta há um poder-dever da comissão de licitação ou do pregoeiro de realizar a diligência, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca da eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

(...)

No Acórdão nº 2.627/2013 – Plenário, por sua vez, o TCU concluiu ser indevida a inabilitação de licitante em razão da apresentação de atestado de capacidade técnica com data posterior à da abertura do certame, uma vez que tal documento tem natureza declaratória – e não constitutiva – de uma condição preexistente. Julgou-se equivocada a decisão do pregoeiro pela inabilitação de licitante em

razão de “apresentação de atestado de capacidade técnica com data posterior à da licitação” (BRASIL, 2013i).

Em relação a esse ponto, o relator (ministro Valmir Campelo) registrou que “o atestado de capacidade técnica tem natureza declaratória – e não constitutiva – de uma condição preexistente. É dizer que a data do atestado não possuiu qualquer interferência na certificação propriamente dita, não sendo razoável sua recusa pelo simples fato de ter sido datado em momento posterior à data da abertura do certame. O que importa, em última instância, é a entrega tempestiva da documentação exigida pelo edital, o que, de acordo com o informado, ocorreu” (BRASIL, 2013i).

Trata-se, assim, de um juízo de verdade real em detrimento do pensamento dogmático segundo o qual o que importa é se o licitante apresentou os documentos adequadamente, subtraindo-se o fato de esse mesmo licitante reunir ou não as condições de contratar com a Administração ao tempo da realização do certame.

(AMORIM, Victor Aguiar Jardim. Licitações e contratos administrativos: teoria e jurisprudência – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017).

No mais, oportuno repisar que a Comissão recebeu toda documentação da ora Contrarrazoante, habilitando-a a prosseguir no certame, assim sendo, a documentação da Recorrida está correta e ilibada, não cabendo sua inabilitação meramente por ilações da empresa VIPETRO, que caso a Comissão entenda por necessária poderá solicitar inclusive diligências.

O processo licitatório é um processo administrativo, que por sua vez deve seguir os princípios que norteiam a licitação, dentre eles, o do formalismo moderado. Como bem detalhado pelo Tribunal de Contas da União:

Tal princípio se traduz na exigência de interpretação flexível e razoável quanto a formalidades, para evitar que estas sejam vistas como um fim em si mesmas, desligadas das verdadeiras finalidades do processo licitatório, entre elas a **escolha da proposta mais vantajosa para a Administração**. Caso contrário, deixa-se em segundo plano a verdadeira finalidade da licitação, que é o confronto do maior número possível de propostas com o intuito de aumentar a possibilidade de celebrar um contrato aderente ao interesse público. (GRUPO I – CLASSE V – Plenário TC 010.021/2012-4).

O Tribunal de Contas da União possui um paradigma no qual se assenta que:

“o princípio do procedimento formal” não significa que a Administração deva ser ‘formalista’ a ponto de fazer exigências inúteis ou desnecessárias à licitação, como também não quer dizer que se deva anular o procedimento ou julgamento, **ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes**”. (Decisão 570/1992 – Plenário) (grifou-se)

Sendo assim, caso assim entenda a Comissão agirá acertadamente e dentro dos limites legais ao permitir a licitante comprovar a regularidade na contratação de Aprendizes no momento da contratação com a POTIGÁS.

Isto porque, a Recorrida em nada feriu qualquer princípio da administração pública ou agiu em desacordo com as exigências encontradas. Por conseguinte, inexistente qualquer desacerto da decisão que habilitou a Recorrida.

Ora, as alegações trazidas pela Recorrente não são critérios plausíveis para justificar a inabilitação da Recorrida, na medida em que a Administração Pública, para realizar suas atividades, deve-se pautar em critérios razoáveis e proporcionais, não se pautando em rigorismos formais.

Nesta senda, leciona o ilustre administrativista Marçal Justen Filho¹: *“Também não se admitem requisitos que, restritivos à participação no certame, sejam irrelevantes para a execução do objeto lícito. Deve-se considerar a atividade principal e essencial a ser executada, sem maiores referências, especificações ou detalhamentos.”* (grifos nossos)

No caso *in examinis*, salta aos olhos que o conjunto de toda a documentação acostada pela **CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA.** na Licitação que participa, permite concluir que a mesma detém idoneidade e aptidão para executar o objeto lícito.

Posto isso, tem-se claramente que as razões apontadas pela Recorrente, mostram-se, incapazes de conduzir a Recorrida à inabilitação, não se vislumbrando ofensa aos princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, sendo legítima a sua habilitação, em prestígio do interesse público.

Diante do exposto, não merece ser acolhido o recurso ora contrarrazoado, porquanto deve ser mantida a decisão da Comissão, no que se refere a habilitação da **CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA** no processo licitatório. É o que se requer.

3. DO PEDIDO.

Diante das razões expostas acima, a **CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA**, vem, mui respeitosamente a esta Douta Comissão Permanente de Licitação da **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS**, requerer seja julgado **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela **VIPETRO CONSTRUÇÕES E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.**, ora contrarrazoado, e seja mantida a decisão de habilitação da ora Contrarrazoante nos autos da **LICITAÇÃO Nº 90023/2024**.

Nestes Termos. Pede Deferimento,

Recife, 30 de outubro de 2024.


CONSTRUTORA E INCORPORADORA RR LTDA

¹In "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos". Ed: Dialética. São Paulo, p. 443.